

Pequenos produtores sob a lógica do
mercado: estudo do ramo têxtil do Rio
Grande do Sul (décadas 1960-1980)

*Small Producers Under Market Logic: a
study of the Textile Industry in Rio
Grande do Sul (1960s-1980s)*

<https://doi.org/10.26512/rhh.v12i26.54386>

Regina Weber

Departamento de História e PPG História UFRGS

<https://orcid.org/0000-0002-6795-0815>

email regina.weber@ufrgs.br

Resumo

Este artigo busca observar como indivíduos, na condição preponderante de pequenos produtores ou comerciantes, atuam numa economia de mercado competitiva. O ramo têxtil, tomado como âmbito de estudo, historicamente passou da condição de produto doméstico à mercadoria sujeita à ação de maquinário e novas tecnologia; por outro lado, a confecção das roupas continua sendo um modo de vida e sobrevivência em diferentes níveis. Com foco nas décadas 1960 a 1980, a análise observou efeitos da economia interna do país, com presença de algumas subsidiárias de empresas internacionais, sobre agentes econômicos do sul do Brasil. É um trabalho de história local/regional conectada ao nacional/global, onde não apenas máquinas, mas fios movimentam a economia e enredam o pequeno produtor. Publicações antigas, jornais e processos de falência, lidos de modo qualitativo, embasam a análise.

Palavras-chave

Pequeno produtor, mercado, têxteis

Abstract

This article aims to examine how individuals, primarily in the position of small producers or merchants, operate within a competitive market economy. The textile industry, taken as the field of study, has historically evolved from a domestic product to a commodity subject to machinery and new technologies. On the other hand, clothing production continues to serve as a livelihood and means of survival at various levels. Focusing on the 1960s to 1980s, our analysis found the effects of the country's internal economy, with the presence of some subsidiaries of international companies, on economic agents in southern Brazil. This is a work of local/regional history connected to national/global dynamics, where not only machines but also threads drive the economy and entangle the small producer. The analysis is based on qualitative readings of old publications, newspapers, and bankruptcy proceedings.

Keywords

Small producer, market, textiles

Situando a pesquisa

Este artigo partiu de um questionamento: como indivíduos, que possuem pequenos negócios operam na dinâmica de mercado sem possuir, genericamente, compreensão e visibilidade dos movimentos deste? O ramo têxtil é aqui tomado como laboratório de estudo, sendo caracterizado tanto por crescente mecanização e inovação, que ocorre desde paradigmática revolução industrial, como pela persistência das pequenas unidades produtivas. Este estudo se enquadra em uma historiografia que utiliza “a localidade ou a região como patamar para produzir inflexões sobre uma realidade espacialmente mais ampla”¹ e opera com uma:

relação interdisciplinar importante, aquela que coloca em interação História e Economia. Os conceitos de escala e de lugar também se aplicam a esta interdisciplinaridade. Existe certamente a Economia do grande e do pequeno espaço, embora seja possível, e na verdade necessário, discutir também a articulação entre estes dois níveis de análise.²

A inspiração para este estudo também congrega o histórico e novo. Em termos históricos, considerando o papel da indústria têxtil na Revolução Industrial, cabe observar que a destruição da “indústria subsidiária rural” ou “ofício doméstico”, atividades de subsistência complementares à atividade agrícola, processo que favorecia o aparecimento do mercado interno³, não se daria de modo linear. Escrevendo no final da década de 1940, T. S. Ashton lembra que a máquina manual de multiplicar a produção de fios, a *jenny*, era barata, pequena e fácil de operar: “Em consequência disso, adaptou-se perfeitamente ao equipamento próprio da indústria doméstica”.⁴ Mas em algum momento, as máquinas movidas a força motriz ultrapassariam o trabalho de mulheres e crianças que fiavam em casa.⁵

Desde a Revolução Industrial, a produção da roupa continuou sua evolução técnica amparada em teares mais engenhosos e, há mais de um século, a indústria química lançou as bases de fios sintéticos que revolucionariam os te-

1 BARROS, José D'Assunção. História local e história regional, Revista Tamoios, 2022, p. 30.

2 Idem, p. 32.

3 MARX, K. O Capital. Livro 1, 1988, p. 273.

4 ASHTON, T.S. A Revolução Industrial, 1971, p. 94.

5 Id., p. 142.

cidos. Contudo, a possibilidade de produzir alimentos, vestes e alguns instrumentos de trabalho “em casa” continuou existindo. A compra de uma máquina têxtil usada pode ser uma alternativa de trabalho e sustento. Mas os pequenos produtores podem ver o fim de um ciclo de uso do equipamento antes de serem atingidos pelos efeitos do grande “mercado”? É possível dar conta de produzir num ramo que alardeia inovações a cada estação? Este artigo se propõe a observar agentes individuais em uma sociedade de mercado e num ramo, a produção do vestuário, que tanto pode ser desenvolvido com instrumentos simples, quanto opera com grande potencial de inovação tecnológica, forçando uma aguda concorrência.

Este foco em pequenos produtores visa dar visibilidade a ações que configuram modos de vida, mesmo que seus agentes não dominem claramente o movimento dos produtos comprados, transformados e vendidos; também repercute a visão de Polanyi, de que “o liberalismo de mercado impõe às pessoas comuns demandas insustentáveis”:

Trabalhadores, agricultores e pequenos empresários não tolerarão, não importa durante quanto tempo, um padrão de organização econômica em que estejam sujeitos a flutuações periódicas drásticas nas circunstâncias econômicas diárias.⁶

A metodologia utilizada, predominantemente qualitativa, recolheu alguns dados preciosos, mas é esquivada para produzir conclusões numéricas. Em termos de fontes utilizadas, pesquisas acadêmicas sobre indústria têxtil no Brasil, e, sobretudo Rio Grande do Sul, forneceram um enquadramento histórico e algumas porcentagens. Jornais do Rio Grande do Sul foram manuseados e a versão digital de alguns jornais do sudeste foi submetida à busca de verbetes; contudo, os exemplares que continham informações revelaram-se exponencialmente menores dos que foram examinados. Todavia, ao mencionar uma empresa ou situação, eles induziam uma busca em outras fontes, como as páginas virtuais de empresas ou memoriais de entidades.

Após várias triagens, os processos de falência revelaram-se uma fonte com dados diversificados. Através de uma seleção mecânica, feita por funcionários do Departamento de Arquivos do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS/DARQ), obtivemos uma planilha Excel com centenas de registros, a partir dos quais solicitamos o desarquivamento de sessenta e cinco (65)

⁶ BLOCK, Fred. Introdução, in POLANY, K. A Grande Transformação, 2012, p. XLIV.

processos, priorizando os das décadas 1960 e 1980, onde uma das partes estivesse envolvida com produção têxtil, o que nem sempre era visível pelo nome. Em volume, esses sessenta e cinco processos variavam de uma dezena a centenas de páginas. Também foram localizados no Arquivo Histórico de Porto Alegre (APERS) alguns processos judiciais (Crime, Agravo, Depósito), com dados sobre empresas têxteis, porém com menos dados significativos.

Os processos de falência incorporados à pesquisa⁷ comportam dados numéricos e cifras, por outro lado, contêm partes narrativas, configurando fontes qualitativas. Da variedade de situações buscaram-se algumas recorrências. Na leitura dos documentos foram captados registros de bens (máquinas, matérias-primas, mercadorias), o trânsito econômico e social destes, de quem eram comprados (os potenciais credores) e para quem eram vendidos, e as justificativas para os negócios declinantes.

Mesmo que o tratamento jurídico das falências não esteja em pauta neste artigo, é importante lembrar que nas décadas de 1960, 1970 e 1980 ainda vigorava a Lei de Falências de 1945, a qual era objeto de crítica por parte de juristas contemporâneos, pois “o belo diploma de 1945 não condiz mais com o desenvolvimento do País e com os progressos da ciência jurídica”. O autor destas palavras demandava mecanismos para proteger “as empresas mais prósperas, sobre as quais repousa o desenvolvimento econômico nacional”.⁸ O presente artigo se direciona para os pequenos negócios, que, se não garantem o desenvolvimento nacional, certamente mantinham sustento e alguns empregos. O reconhecimento da dimensão das empresas está analisado no próximo tópico.

Alguns processos, especialmente da década de 1980, que, aliás, concentra metade dos processos analisados, fazem referência à conjuntura econômica nacional. Em um processo que inicia em 1983, o inventário de um Magazine, cuja falência havia sido pedida, é contestado pelo seu baixo valor, com o argumento que ocorrera alta do preço das fibras sintéticas em decorrência do aumento do preço do petróleo.⁹ Estamos aqui, efetivamente, na Segunda Crise do Petróleo¹⁰, narrada em termos locais pelas “fibras sintéticas”. O

7 Na referência aos processos será usada a seguinte notação: TJRS/DARQ = Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Departamento de Arquivos e (A)=Autora, (R)= Ré.

8 REQUIÃO, Rubens, A crise do direito falimentar brasileiro, Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, 1974, p. 32.

9 TJRS/DARQ. Coquete Indústria do Vestuário Ltda (A), Magazine São Vicente (R). v. 1. 23/02/1983, p. 273.

10 IPEA, Desafios do Desenvolvimento, História – Petróleo, 29/03/2010.

Plano Cruzado, do governo Sarney (1986), que falhou em conter a hiperinflação, aparece mencionado explicitamente em dois processos que não estão em análise, pois tratam-se de duas concordatas preventivas de empresas de grande porte.

O recorte temporal deste artigo apenas tangencia o processo de abertura econômica dos anos 1990 e suas severas conseqüências econômicas, especialmente para o setor têxtil, o qual foi objeto de análise de inúmeras dissertações e teses.¹¹ Tal produção bibliográfica também foi estímulo para o presente estudo e, justamente, sugeriu um recuo no tempo, observando o universo têxtil em décadas anteriores. De modo geral, os estudos sobre a produção têxtil no país, em diferentes períodos e regiões e em várias áreas do conhecimento, estão focados nas grandes indústrias ou no conjunto de trabalhadores. Este trabalho pretende contribuir com o campo de estudo dando visibilidade a personagens que se destacam menos.

Uma parte do quadro histórico da produção têxtil no Rio Grande do Sul está resgatada no tópico 3, que enfatiza a produção de uma matéria prima local, a fibra de lã. Situando de um modo amplo, o Censo Industrial de 1960 registra, para o Rio Grande do Sul, 106 estabelecimentos reconhecidos como Indústrias de Transformação na categoria “Têxtil”, que comportavam 7.102 pessoas ocupadas, aí consideradas todas as funções.¹² A conceituação do Censo para “estabelecimento” confirma que pequenas unidades também estavam incluídas nestes números.¹³

No próximo tópico, observamos o “mercado interno” em movimento, sugerindo uma concentração de capital intranacional.¹⁴ O objetivo deste quadro, no qual estão também presentes empresas internacionais, é mostrar que empresas de estados centrais do país alcançavam não apenas as grandes empresas gaúchas, mas também as pequenas.

11 Sobre o assunto ver, por exemplo, EMERY, Márcio de M. O impacto da abertura ao comércio exterior da década de 1990 no setor têxtil brasileiro, 2007; KELLER, Paulo F., Globalização e mudanças na cadeia têxtil brasileira, 2010.

12 IBGE. Censo Industrial de 1960. Rio de Janeiro, 1967, p.108.

13 “Unidade de produção em que são obtidos um só produto ou produtos conexos, com o emprego das mesmas matérias-primas ou a utilização dos mesmos processos industriais. A cada estabelecimento corresponde, na maioria dos casos, uma unidade física ou unidade local (fábrica, usina, mina, pedreira, salina, serraria, “máquina” de beneficiamento de produtos agrícolas, etc.)”, IBGE, op. cit., p. XV.

14 O desenvolvimento do capitalismo inglês, na interpretação de Ellen Wood, deu-se pela concorrência no mercado interno (ver Wood, A Origem do Capitalismo, 2001, p. 87).

O mercado local visto através de processos de falência

Os processos de falência, manuseados para a segunda metade do século XX, contêm informações sobre como pequenos e médios produtores e comerciantes operavam os diferentes fatores que afetavam seus negócios e como justificavam suas dificuldades. Na lida com as fontes, constatou-se que os estabelecimentos justapunham fabricação e comércio, e um olhar atento sugere que, em muitos casos, era a parte comercial que motivava o processo.¹⁵ Para contornar esta sobreposição de atividades e dimensionar a fabricação têxtil propriamente, a pesquisa buscou, na descrição dos bens materiais do Réu, a presença de máquinas têxteis. Aos poucos ficou claro que a metade dos processos lidos se referiam apenas a comércio de produtos têxteis, especialmente os que tinham a dúbia palavra “confeccões” no nome. Alguns destes estão citados nesta seção, pois apontaram o abastecimento têxtil fora do estado. Outros processos, que se referiam a litígios por questões adjacentes como o não pagamento por refeições encomendadas, foram deixados de lado. Ao fim, do total de mais de sessenta processos acima mencionados, um pouco mais de duas dezenas, efetivamente, se referiam a unidades de atividade fabril têxtil, com predomínio de pequenas.

Para dimensionar as empresas têxteis, tanto comerciais como fabris, num período de troca de moeda e de inflação, contou-se com detalhes dos processos. Grandes empresas podiam ser reconhecidas pelo número e diversidade de bens arrolados e de empresas citadas como credoras, e são as que solicitam concordata, ou seja, dispunham de assessoria jurídica qualificada. As pequenas empresas são com mais freqüência acionadas por credores. O valor das dívidas corrobora estes marcadores na medida em que há negócios definidos no próprio processo como “pequenos” e que servem de parâmetro para outros. As cifras numéricas das dívidas lançadas nos quadros abaixo servem para comparar o peso proporcional de cada credor, identificados por sua origem regional, em cada processo.

As situações que serão apresentadas abaixo refletem de modo qualitativo e particular um quadro mais geral que diz respeito às desigualdades regionais no país. Na primeira metade do século XX houve concentração industrial em São Paulo e recuo do Rio Grande do Sul que continuava voltado à transformação de produtos agropecuários, com elaboração simples, e a contribuição

¹⁵ Ver adiante a análise da Autofalência de Jim's Comércio do Vestuário.

têxtil do estado para o valor nacional sempre foi menor do que 3% entre 1960 e 1970¹⁶. No Censo Industrial de 1960, onde o Rio Grande do Sul figurou com 106 estabelecimentos têxteis, o estado de São Paulo comparece com 2.149 estabelecimentos do gênero.¹⁷ Esta posição no universo têxtil se justifica, em parte, pelo fato do Rio Grande do Sul não produzir a matéria-prima do algodão; porém, o estado produzia a lã, sendo um grande fornecedor de produtos desta fibra desde o século XIX, principalmente para São Paulo, mas, em geral, a lã não era bem recebida no centro do país.¹⁸ Desde os anos 1960 existem análises que colocam o Rio Grande do Sul e outros estados como excluídos dos investimentos federais, particularmente pelo governo Juscelino Kubitschek e seu Plano de Metas, que priorizou os investimentos públicos na região sudeste do país. Interpretações mais recentes da industrialização do estado não ignoram esta explicação, porém somam outros fatores.¹⁹

Se a indústria gaúcha tinha se desenvolvido com certa proteção do isolamento geográfico, a construção da rodovia BR-116 na década de 1950 tornou-se um problema.²⁰ Pela BR, vinham as mercadorias, mas também as faturas de cobrança e as nomeações de escritórios locais de advocacia como representantes legais perante a Justiça regional. As fontes do Arquivo Judicial apontaram, para as décadas 1960 a 1980, uma vulnerabilidade da indústria e do comércio têxtil ante empresas de maior envergadura no ramo situadas no sudeste do país, listadas como credoras.

Tomemos para análise um processo de concordata, iniciado em outubro de 1966, por uma empresa de médio-grande porte do ramo de fabricação de malhas de lã e correlatas de Caxias do Sul.²¹ O Quadro 1 abaixo compara os valores acima do milhão devidos pela concordatária. Destacando os credores que têm a receber mais de um milhão de cruzeiro, os residentes no próprio Estado (em sombreado) totalizam mais de 101 milhões, valor que supera os

16 VOGT, Cláudio C. As origens da indústria gaúcha e o setor têxtil no período do processo de substituição de importações, 2003, p. 144, 151, 178.

17 IBGE, op. cit., p. 108

18 VOGT, Cláudio C., op. cit., p. 78, 114, 183.

19 SILVA, Ricardo M. Muccillo da. Desenvolvimento industrial no Rio Grande do Sul 1920 – 1980. PUCRS, 2006. p. 66, 77.

20 VOGT, Cláudio C., op. cit., p. 152.

21 TJRS/DARQ, Concordata Malhas P., Caxias do Sul, 1966, 592 p. Em junho de 1969 são quitadas todas as obrigações e então, em 16/09/1969, é encerrado o processo de falência e restituídos seus bens. A empresa continua atuante no ramo.

mais de 77 milhões dos grandes credores do Rio de Janeiro e São Paulo.²² Contudo, 90% do débito interno é para com uma multinacional japonesa (Lanificio Kurashiki), instalada no Rio Grande do Sul desde 1957²³, que tornou-se o Comissário da massa falida. O segundo e o terceiro maiores credores são empresas têxteis de São Paulo, a Malharia Esge e o Moinho Santista.²⁴

Quadro 1. Credores de M. P., em valores de milhão de cruzeiros	
Lanificio Kurashiki do Brasil Sapucaia do Sul/RS	Cr\$ 90.468.665
Malharia Esge São Paulo/SP	Cr\$ 34.162.388
S/A Moinhos Santista São Paulo/SP	Cr\$ 32.904.363
Maquinas de Malharia Coppo Petropolis/RJ	Cr\$ 5.185.706
Madereira Aquilino Zatti Caxias do Sul/RS	Cr\$ 5.149.049
Lanificio Sulriograndense Porto Alegre/RS	Cr\$ 2.053.421
Fiação Indiana São Paulo/SP	Cr\$ 1.747.696
Fiamma Petrópolis/RJ	Cr\$ 1.676.800
Imp. Calcagnotto Caxias do Sul/RS	Cr\$ 1.647.000
Raul M. Zambon Caxias do Sul/RS	Cr\$ 1.243.819
Pancostura Porto Alegre/RS	Cr\$ 1.207.308
Sears Roebuck São Paulo/SP	Cr\$ 1.140.010
Torrington Magus Nova Friburgo/RJ	Cr\$ 1.068.960
Fonte: TJRS/DARQ, Processo F9001992226393-94 (Concordata), Caxias do Sul, 1966.	

Entre os credores de valor inferior ao milhão de cruzeiros do Rio Grande do Sul, estão cinco empresas da própria cidade de Caxias do Sul e uma de Porto Alegre, totalizando Cr\$ 3.278.356. Já os credores de fora do estado, todos de São Paulo/SP tinham a receber, em conjunto, um valor 50% maior (Cr\$ 4.781.235). Os credores do próprio estado eram muitas vezes fornecedores de

²² Idem, p. 27

²³ HAMPF, Edgar. Kurashiki transfere matriz para Ponta Grossa, 12/01/2010.

²⁴ Conhecido pela produção de farinha, o Moinho Santista também investiu no ramo têxtil (GAZETA DE TATUAPÉ, 2014).

serviços, instalações ou móveis (madeireira, marcenaria, gráfica, ferragens). A lista de credores indica também uma ligação com fabricantes internacionais de máquinas com subsidiárias instaladas nos estados de São Paulo ou Rio de Janeiro: Torrington²⁵, Coppo, Maquinas de Costura Marbor, Singer Sewing Machine Company. A dívida com uma fábrica de teares da própria cidade de Caxias do Sul, Fábrica de Maquinas Berti, era de menor valor.

A narrativa do representante legal da empresa mostra um estabelecimento disposto a crescer, dando o passo de adquirir maquinário moderno para aumentar a produtividade, quadruplicando a produção, reduzindo os custos e melhorando a qualidade dos produtos. Contudo dois teares comprados da empresa Malharia Esge de São Paulo em dezembro de 1964, não chegaram na data prevista, dificultando a fabricação dos produtos do inverno.²⁶ Com toda essa situação a empresa se vê com problemas para manter os compromissos financeiros e se vê “asfixiada” por credores que requerem seus valores de direito.

Havia também dívidas por compra de matérias-primas, que podiam ser fios ou tecidos. No inventário consta a descrição de fios de algodão, rayon²⁷, lã e fios de malha identificados por numerações (2/32, 2/44, 1/16) que remetem a fibras sintéticas, tal como poliéster e acrílico.²⁸ A propósito, os comissários registram, como causa da falência, que “Houve excessiva aquisição de matéria prima em confronto com a produção da fábrica, tendo atualmente, a falida mais de 80 milhões de cruzeiros em estoque somente neste item”²⁹. Pode-se sugerir que também há risco na busca de uma modernização.

Mesmo quem se dispunha a manter o seu perfil não estava livre de risco. Um processo de autofalência de 1969³⁰, de uma alfaiataria que estava no ramo de confecção e comércio há cerca de 30 anos, é justificado pela situação financeira que afetaria todo o comércio, a falta de poder aquisitivo, o alto preço

25 Em julho de 1970, era noticiado que “a fábrica da Torrington em Nova Friburgo vai receber as mais modernas máquinas existentes no mercado mundial para a fabricação de agulhas de lingueta para máquinas de malhas e meias” (A VOZ DA SERRA, Há 50 anos, 25/07/2020).

26 TJRS/DARQ, Concordata Malhas P., op. cit., p. 2-4.

27 Fibra artificial feita dos filamentos da celulose.

28 TJRS/DARQ, Concordata Malhas P., op. cit., p. 186. Atualmente, o Poliéster 44/2, por exemplo, é um fio de poliéster que possui 44 fios por cm².

29 Idem, p. 245.

30 TJRS/DARQ. Autofalência F. P. & Filhos. Porto Alegre, 20/10/1969. 232 p. Sobre causas da falência e credores, ver p. 2, 4, 21.

dos alugueis e, sobretudo, um preço das confecções abaixo do normal. Os números deste estabelecimento precisam ser lidos considerando as trocas de moedas que ocorreram em poucos anos no período do regime ditatorial: o Cruzeiro antigo (Cr\$) é substituído pelo Cruzeiro novo (NCr\$) em fevereiro de 1967 e em maio de 1970 a unidade monetária voltou a denominar-se cruzeiro (Cr\$), mantida a equivalência com o cruzeiro novo.³¹

O maior credor é da capital paulista (Gonçalves e Serzedo, NCr\$ 1.477,63), o segundo é fornecedor de tecidos de Porto Alegre (Casas Hudersfield, NCr\$ 963,00), além de dívidas com empresa jornalística e com instituições bancárias ou com o Estado, relativas a impostos. Na relação das mercadorias encontramos tecidos que indicam o perfil tradicional da empresa: sargelin, sarja, tropical nacional, casemira nacional, lã, linho.³²

O perito contábil, durante a análise, demonstra que realmente houve uma diminuição do comércio no período, mas que, além disso, houve uma "acentuada concorrência das grandes magazines" que vendem roupas prontas e semi-prontas com as maiores facilidades: "Tudo tende a indicar que o artesanato tende a diminuir e alguns tipos até mesmo desaparecer, cedendo lugar à produção em massa reclamada pelo aumento considerável do mercado consumidor".³³ A visão expressa pelo perito, de que havia um processo inexorável em curso no ramo do vestuário no final da década de 1960, está em sintonia com estudos da produção têxtil em períodos posteriores.

A documentação da Autofalência de Jim's Comércio do Vestuário, iniciada em maio de 1977³⁴ indica um forte comércio varejista de confecções, contando com três filiais na cidade em Porto Alegre, mas o processo menciona a existência de produção, especialmente da mercadoria "Macacões Jim's". Nos anos 1970, como se pode ver, os credores do sudeste continuam presentes:

31 SENADO FEDERAL. Manual de Comunicação da Secom. Unidades monetárias brasileiras.

32 TJRS/DARQ. Autofalência F. P. & Filhos. op. cit., p. 53.

33 Idem, p. 62.

34 TJRS/DARQ, Autofalência de Jim's Comércio do Vestuário, 02/05/1977.

Quadro 2. Credores de Jim's Comércio do Vestuário cujo crédito ultrapassa 20 mil Cr\$	
Cia de Tecidos Alaska - São Paulo/SP	Cr\$ 177.646,94
Lee S/A - Porto Alegre/RS	Cr\$ 153.252,08
Indústria de Roupas Sacy Perere - Jequié/BA	Cr\$ 90.542,40
Confecções Taylor - Santos/SP	Cr\$ 84.051,84
Oslo Indústria e Comércio - Rio de Janeiro/RJ	Cr\$ 63.021,92
Tecidos Salvador Esperança - Rio de Janeiro/RJ	Cr\$ 55.918,65
Fonte: TJRS/DARQ, Processo F9001990999805, 1977	

A maior dívida resultou da compra de tecidos, supostamente destinados à fabricação de peças de vestuário, o que é corroborado pela venda da marca patenteada “Jim’s” quando os bens primariamente arrecadados para quitação de dívidas não foram suficientes. A venda da marca foi feita por uma Oficina Internacional de Patentes e Marcas de Madri na Espanha no valor de 20.000 dólares.³⁵ O processo adentra a década seguinte e em 1982 há um leilão para venda de produtos que restaram, entre os quais 9.000 metros de tecidos diversos. Confecções prontas para comércio também acarretaram grandes dívidas, inclusive com uma empresa do Nordeste. Segundo o representante legal do réu, a falência da empresa foi decorrente de uma crise econômica enfrentada especialmente pelo comércio de confecções, mas também estão arroladas dívidas provindas de impostos relativos sobre a circulação de mercadoria.

Convém observar que produtores do vizinho estado de Santa Catarina, que viria a se tornar um pólo têxtil, vão se tornando mais presentes nas fontes judiciais, como em um processo de autofalência do ano 1977 de empresa do ramo de comércio, cujas mercadorias incluíam confecções, além de tecidos.³⁶

Na década de 1980, num intervalo de três anos, uma empresa paulista solicita a falência de duas pequenas fábricas gaúchas. A maneira como a Indústria

³⁵ Idem, p. 224, 265. O chamado Protocolo de Madri ou Registro Internacional de Marcas, firmado em Madri, Espanha, em junho de 1989, deve ter preexistido neste formato de “Oficina”. O acordo de 1989 foi ratificado pelo Brasil em 2019 (Decreto Nº 10.033).

³⁶ TJRS/DARQ. Auto-Falência G. N. P. H. I. Porto Alegre, 08/09/1977.

Texteis Barbero, a autora, se posiciona nos processos, através de representantes legais que atuavam no Rio Grande do Sul, mostra que a hegemonia do capital se dá também pela ação jurídica. No processo de 1978 contra a ré, M. C. Indústria e Comércio do Vestuário Ltda, está anexada a Ata da Assembleia da empresa Barbero de 26/03/1970, com a recente reforma de seus estatutos. Estes documentos anexos visavam mostrar a seriedade da empresa paulista ante o juiz local, mas nos permitem ver uma forma de gestão empresarial em andamento no sudeste do país: a Barbero buscou o enquadramento da sociedade no moderno conceito de empresa, visando “uma gestão de caráter técnico a par de ensejar aos acionistas e conselheiros uma visão mais global e menos detalhista de todos negócios sociais”.³⁷

Poucos anos depois, em 1980, a Têxteis Barbero SA processa a Fábrica de Roupas Best Export LTDA, de Porto Alegre, por dívidas (Cr\$ 85.288,50). Para haver a decretação da falência é preciso que não se constate causas delituosas, e, efetivamente, o que está arrolado no processo é: pequeno porte, problemas financeiros, custo da matéria prima, custo da mão de obra, falta de capital de giro:

A falida, como toda empresa de pequeno porte, tinha um capital pequeno para esse ramo de atividade, defrontou-se logo com sérios problemas financeiros e com altos custos das matérias primas e, principalmente, com a elevação da mão de obra e, conseqüentemente, os reflexos nas leis sociais. Nesta condição, viu-se sem as mínimas condições para desenvolver atividade produtiva, por absoluta falta de capital de giro próprio, sendo esta a razão fundamental da insolvência da empresa e a conseqüente quebra.³⁸

Entre os bens penhorados da falida estão várias máquinas de costura, principalmente das marcas Pfaff e Juki. Vários outros processos de falência mencionam máquinas de costura Pfaff, marca de origem alemã com uma representante, a Pfaff do Brasil S.A. Comercio e Indústria, instalada em Novo Hamburgo/RS desde 1972.³⁹

Uma variedade de máquinas internacionais também aparece em um processo em que Autor e Réu são do Rio Grande do Sul, de 1981. A Indústria Têxtil Milagre (ITM, Farroupilha/RS) pede falência de Saint Clair Exportadora de

37 TJRS/DARQ. Indústria Texteis Barbero (A), M. C. Indústria e Comércio do Vestuário Ltda (R), 27/09/1978, p. 32.

38 TJRS/DARQ. Indústrias Têxteis Barbero S.A. (A), Fábrica de Roupas Best Export Ltda (R), Porto Alegre, 06/05/1980. p. 134.

39 PFAFF DO BRASIL S.A. Comercio e Indústria, Econodata, 2024. A atualmente a Pfaff pertence à mesma proprietária da Singer, a SVP Worldwide.

Artefatos de Couro (São Leopoldo/RS), por dívidas comprovadas por notas fiscais e de transporte de mercadorias: nylon [tecido], fios, rolos de malhas.⁴⁰ O levantamento da massa falida indica uma produção mecanizada em diversas etapas: além de várias máquinas de costura Pfaff, há também uma máquina de virar Comelz elétrica; uma lixadeira Irom com motor elétrico Marelli⁴¹; uma máquina de chanfrar Duarte e Santos; uma prensa pneumática marca Eberle. O processo de falência permite ver que, entre máquinas de marcas estrangeiras, permanece a metalúrgica nacional Eberle, fundada no final do século XIX em Caxias do Sul.⁴²

Este processo também descortina relações desequilibradas estabelecidas entre firmas do sul com empresas do sudeste. O síndico da massa falida aciona em janeiro de 1982 empresas que estão devendo pagamentos de promissórias por mercadorias adquiridas da Santa Clair. O registro de que a Saint Clair fornecia carteiras de couro para Le Postiche Indústria e Comércio (São Paulo/SP), Original Artefatos de Couro (Rio de Janeiro/RJ) e Sherazade Modas e Artefatos de Couro (Rio de Janeiro/RJ)⁴³ sugere que a empresa do sul funcionava como “facção” (serviço terceirizado) das empresas do sudeste, pois, tomando o caso da Le Postiche, que anuncia que está no mercado desde 1978, e que desenvolve “produtos exclusivos e marcas próprias”⁴⁴ é de se supor que não fosse revendedora de uma marca gaúcha.

O quadro descrito até agora se assemelha a uma versão em miniatura da interpretação da acumulação de Wallerstein⁴⁵, cujo argumento afirma a necessidade de uma estrutura desigual que permita o excedente fluir de um pólo periférico ao centro. Para o autor, o desenvolvimento desigual estratificado se reproduz em várias instâncias e isso é que promove a expansão no centro, seja ele mundial ou regional.

40 TJRS/DARQ. ITM Ind. Tex. H Milagre (A), Saint Clair Exportadora de Artefatos de Couro (R), São Leopoldo, 23/12/1981, p. 43-46. O processo é encerrado em 1999, quase 18 anos após o início, com a liquidação total dos bens.

41 Idem, p. 63-64. A Comelz é uma empresa italiana do setor mecânico-calçadista, existente desde 1943. A Motores Marelli é uma empresa fundada na Itália na década de 1980.

42 EBERLE. A história que molda o futuro [2024]. Nesta mesma década de 1980, a empresa seria adquirida pela Zivi-Hércules, também gaúcha.

43 TJRS/DARQ. ITM Ind. Tex. H Milagre (A), op. cit., p. 95-102, 124-128, 140.

44 LE POSTICHE, Santana Parnaíba/SP, 2024.

45 WALLERSTEIN, I. O sistema mundial moderno, v. 1, 1974, p. 91

Considerando que a produção têxtil é uma cadeia na qual máquinas, fibras e tecidos estão relacionados entre si e com um mercado em contínua alteração, cabe analisar o processo de auto-falência da Fábrica de máquinas de costura Renner protocolado em agosto de 1975.⁴⁶ Além de apontar como problemas as sucessivas mudanças em suas normas estatutárias e a inadequação do capital da empresa para “seu objetivo social básico, que é a produção de máquinas de costura”, o processo alega as péssimas condições da fábrica em virtude de alagamentos e de danos ao maquinário causado pelas chuvas, fatores que haviam levado a uma suspensão em suas atividades no ano anterior, gerando um débito com seus empregados e aumento de dívidas trabalhistas.

Certamente neste ano (2024) em que as enchentes no Rio Grande do Sul superaram todas as marcas históricas, este fator hídrico aponta para um problema estrutural. Contudo, o argumento principal vem a seguir: o maquinário está desatualizado e incapaz de competir com outras máquinas do mercado. Nem mesmo outras empresas no ramo se interessariam por comprar as máquinas, pois já estavam obsoletas, restando a alternativa de transformá-las em sucata de ferro. Ao fim, o destino das máquinas não foi o ferro-velho, pois houve um leilão. Ao longo do processo o argumento de que o antigo não pode competir com o novo reaparece, e o próprio perito confirma que “a maquinaria da falida já não se prestava à produção de utensílios modernos”. Também está dito que as instalações das novas empresas “são promovidas de acordo com as exigências atualizadas do público consumidor”. Portanto, o outro vilão da falência, além dos concorrentes, é o consumidor e suas novas exigências. No próximo tópico veremos que as “exigências” do consumidor podiam ser direcionadas.

Uma pesquisa realizada em Minas Gerais em 1997, sobre Fatores Condicionantes da Mortalidade de Empresas, que também se aplicam a falências de Micro e Pequenas Empresas (MPEs), alinhou os fatores principais: falta de capital de giro (26.3 %), falta de clientes (21.1%), carga tributária elevada (17.5%), recessão econômica (14%), maus pagadores (12.3%), concorrência muito forte (10.5%), problemas financeiros (8.8%), falta de crédito (7.0%).⁴⁷ Luiz Antônio da Silva argumentou que alguns destes aspectos independem das ações do empresário, pois tratam-se “de fatores exógenos à empresa, tais como: carga tributária elevada, recessão econômica, concorrência muito

46 TJRS/DARQ, Auto Falência da Fábrica de máquinas de costura Renner, 13/08/1975.

47 SILVA, Diagnóstico da mortalidade das micro e pequenas empresas de Rio Verde-GO no período de 1998 a 2000, 2001, p. 41.

forte e falta de crédito”.⁴⁸ Se estes fatores poderiam atingir de pequenos a grandes empresários, a fragilidade dos pequenos para lidar com tantas variáveis fica explícita nas atitudes de evadir-se do cenário.

Por exemplo, em final de 1976, a empresa D. Indústria e Comércio do Vestuário é acionada judicialmente por conta de um cheque sem fundos; e, em maio de 1977, a firma é fechada e lacrada. Mais de um ano depois, devido ao não pagamento se expede um mandado de prisão contra um dos sócios da empresa, mas em julho 1979, como o caso continua pendente, é tentado contato com a outra sócia da empresa, porém no endereço que ela deveria residir não há ninguém e é comunicado que a mesma já havia se mudado há algum tempo de lá.⁴⁹ O Oficial de Justiça encarregado de acionar uma pequena empresa, processada pela paulista Indústria Texteis Barbero (1978), alegou dificuldade para entregar a intimação e também não pôde lacrar o estabelecimento pois a firma não está no endereço e o novo ocupante, um mecânico, afirma que antes dele havia ali comércio de plástico. Um ano e meio depois, em março de 1980, uma das sócias, entre cinco, comparece perante o juiz e alega não saber de nada.⁵⁰

Fios e tecidos como lucro e como dívida

Vendas abaixo do esperado, falta de capital de giro, impostos, máquinas que não foram pagas, estes são alguns fatores presentes nas alegações de falência. As dívidas com fornecedores de fios e tecidos, matéria prima de malhas e confecções, bem frequentes nos processos examinados, precisam ser enquadradas em um processo mais amplo, o crescimento da oferta de fibras químicas por parte de um mercado têxtil mais agressivo, que, assim como as máquinas, contribuíam para tornar a indústria têxtil “mais intensiva em capital” a partir da década de 1960:

A indústria têxtil mundial passou por transformações importantes resultado da incorporação de inovações técnicas vindas de outros setores industriais,

48 Ibidem.

49 TJRS/DARQ. M. F (A), D. Indústria e Comércio do Vestuário (R). Porto Alegre, 09/11/1976. p. 33, 39, 47.

50 TJRS/DARQ. Indústria Texteis Barbero (A), M. C. Indústria e Comércio do Vestuário Ltda (R), 27/09/1978, p. 26, 40, 43.

como a química e a eletrônica. No segmento de fiação, a principal inovação foi o advento das fibras químicas (artificiais e sintéticos), e no segmento de tecelagem foram os teares com componentes eletrônicos.⁵¹

As fibras químicas artificiais, como rayon, viscose, liocel, acetato, usam matéria prima vegetal (celulose); já as fibras sintéticas são produzidas a partir de derivados petroquímicos. Baixo custo, novos produtos, resistência, simplificação e agilização da fiação e da tecelagem seriam os méritos das novas fibras.⁵² Contudo, estas novas fibras não se implantaram sem um empurrão de uma outra indústria, a da moda, como se vê abaixo.

A produção de fibras artificiais e sintéticas está na história do capitalismo brasileiro. No final da década de 1930, três grandes empresas paulistas “tinham controle oligopolista do mercado de fios de raio, ditando o preço e a quantidade a ser fornecida às tecelagens”⁵³: a Companhia Nitro-Química Brasileira (grupo brasileiro Votorantim e Klabim Irmãos), a Rhodia (francesa) e o grupo Matarazzo. As fibras artificiais de origem vegetal logo vão sofrer a concorrência das fibras sintéticas: A Rhodia brasileira conseguirá permissão para produção do nylon (poliamida) aqui no Brasil em 1955 e o tergal (poliéster) em 1961.⁵⁴

A pujança do setor têxtil incentivou um levantamento analítico feito pela CEPAL (Comissão econômica para a América Latina) em 1962, o qual conclui o óbvio, a América Latina como um todo estava abaixo dos índices europeus. Ao focar as particularidades regionais, contudo, há o reconhecimento de haver uma produção bastante categorizada no sul, principalmente nas lãs e rendas do Rio Grande do Sul, e toalhas de Santa Catarina. Genericamente, permanece a distinção entre a empresa produtora de fios naturais, usuária de tecnologia obsoleta, e a que produz fibras sintéticas que já possui ou está em processo de instalação de equipamentos modernos.⁵⁵

Porém não era apenas de tecnologia que se tratava, mas da conquista de mercado. Nos anos 1950, a utilização do nylon era muito limitada (meias finas, roupas profissionais etc). Para que este fio alcançasse a roupa cotidiana, a Rhodia investe fortemente em uma publicidade direcionada ao consumidor

51 KELLER, op. cit., p. 54.

52 Idem, p. 55.

53 SUZIGAN, Wilson, *A Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*, 2000. p. 348.

54 BONADIO, Maria Claudia. *O fio sintético é um show! Moda, política e publicidade; Rhodia S.A. 1960-1970*, 2005, p. 42-43.

55 Idem, p. 75, 82.

final na década seguinte. Utilizar uma estamparia de motivos geométricos para contrastar com as estampas de frutas dos tecidos de algodão é uma arma da empresa francesa contra o principal tecido nacional. Outra estratégia da Rhodia para dar visibilidade a sua marca foi investir intensivamente em desfiles.⁵⁶ Na década de 1960, a FENIT (Feira Nacional da Indústria Têxtil), apoiada pelo Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo se torna um espaço de publicidade. Nestes anos, a Fenit ainda valorizava o algodão e outras fibras naturais (linho, lona, seda) frente às fibras sintéticas que estavam em ascensão no mercado, porém “ainda eram vistas como matérias primas estrangeiras, ainda que já fossem fabricadas no Brasil”. Um jogo de forças se instala, com mobilização contra os sintéticos por parte dos produtores de fios naturais. Os defensores da fibra da lã criam o “Secretariado nacional de lã contra o crescimento das fibras sintéticas” que tinha como lema “Nada substitui a lã”. A disputa foi vencida pelos sintéticos, que, em 1967 passam a ocupar 90% dos stands da FENIT.⁵⁷

A empresa riograndense de Kalil Sehbe (Organizações Alfred) chegou a participar da FENIT. Um dos filhos foi realizar um estágio de seis meses nos Estados Unidos, em 1960, o que, segundo um memorialista, expressa “a consciência e responsabilidade com a modernidade no ramo do vestuário”.⁵⁸ O Rio Grande do Sul, em meados do século XX, tinha, portanto, agentes capazes de diálogo nacional e internacional sobre as inovações, mas estes aparecem como casos mais isolados.

A imprensa brasileira passa a endossar as novidades têxteis. O Jornal do Brasil, na edição 187 de 1960, divulga que os tecidos novos (nylon, terylene [tergall], acrilan etc.) garantem uma aparência de “mulher bem-vestida”, e, mesmo sabendo que estas fibras sintéticas eram derivadas do petróleo e tendiam a ser misturadas ao algodão e a lã, a imprensa contava com o barateamento destas “fibras sintéticas verdadeiras para o amanhã”.⁵⁹ Uma edição de 1967 do jornal Diário de Notícias também associa importância do petróleo no mundo atual com a produção de fios sintéticos.⁶⁰

56 Idem, p. 47-48; p. 85-87.

57 Idem, p. 99, 116, 120, 125.

58 RIGON, Roni. Ícone da elegância em vestir, Kalil Sehbe ..., Pioneiro. 21/04/2017.

59 JORNAL DO BRASIL, ano 1960, Edição 0187.

60 DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Edição 202, 29/10/1967, p. 4.

Duas reportagens de 1965 tratam da indústria nacional frente aos fios sintéticos. Uma delas comenta que sobre o ramo têxtil paulista que está "emperrado com o obscurantismo de seu equipamento está sem poder suportar a concorrência dos fios sintéticos".⁶¹ A outra reportagem traz a visão do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro, que defende que os sintéticos necessitariam de certas restrições, pois estariam atingindo principalmente os produtos de algodão "porque os produtos fabricados com tecidos e fios sintéticos oferecem grandes vantagens e comodidades por serem fáceis de lavar e prescindirem inteiramente do ferro de passar".⁶²

Para matizar esta disputa sobre as fibras, vejamos o portfólio atual da Brasken, fabricante de matéria-prima para fibras sintéticas, que valoriza a mistura de fibras naturais e sintéticas, pois "das fibras naturais se espera conforto, não necessariamente durabilidade e simplicidade de manutenção do artigo", enquanto que das sintéticas "se espera durabilidade, regularidade e facilidade da manutenção, mas não necessariamente conforto".⁶³ Ao valorizar o polipropileno, fabricado pela Brasken, o engenheiro que assina a página aponta limitações da fibra concorrente, o poliéster, o qual estaria sujeito a "pilling" e, por não ter respirabilidade, precisa ser misturado ao algodão na confecção de roupas. No empenho publicitário da década de 1960, para ampliar o consumo do rayon, do nylon e do poliéster, certamente estes detalhes não eram expostos.

No contexto destas transformações, este artigo levanta duas questões relativas ao Rio Grande do Sul. A primeira indaga em que momento o sul passaria a se inserir na corrida aos sintéticos. Faltam datas precisas, mas vejamos a guinada da INBRALAN Indústria Brasileira de Lã, que transformou-se na INBRAPE. No portfólio desta empresa, há uma menção ao início da mesma, em 1957, com beneficiamento de lã, atividade substituída pela produção de "não tecidos" na década de 1960.⁶⁴ Sendo o "não tecido" uma estrutura plana, constituída por uma manta de fibras consolidadas de modo mecânico, químico ou térmico⁶⁵ estamos distantes do que sempre caracterizou a atividade têxtil, a tecelagem.

61 JORNAL DO BRASIL, Edição 066, 21/03/1965.

62 DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Edição 281, 04/02/1965, p. 6.

63 PIMENTA, Eliomar. Fibras Têxteis Polipropileno suas características ..., BRASKEN, 2024.

64 SCHERER, André; CAMPOS, Sílvia H. A competitividade da cadeia produtiva têxtil-vestuário do Rio Grande do Sul, Indicadores Econômicos FEE, v. 24, n. 2, 1996, p. 192; INBRAPE. Tecidos Industriais Ltda, 2023, Guaíba/RS.

65 PEREIRA, Gislaíne de Souza. Introdução À Tecnologia Têxtil. s/d

Na concordata M. P. de Caxias do Sul (1966) consta o Lanifício Sulriograndense (Porto Alegre/RS), que foi incorporado pela paulista Paramount nos anos 1970, dando origem a Paramount Lansul, a maior indústria de fiação localizada Rio Grande do Sul. Segundo notícias locais, é um pouco antes desta absorção, entre 1956 e 1957, que a LANSUL teria começado a trabalhar com fios sintéticos, principalmente nylon, e que, na data da reportagem (1969), produzia dezenas de toneladas de fios de lã, acrílico, tergal, nylon e poliéster.⁶⁶ Este caso exemplifica dois movimentos: a absorção de capital em benefício do sudeste e o direcionamento para a produção de fibras químicas, inclusive com a versão sintética da lã.

Em resumo, entre as décadas 1960 e 1980, a fiação e a fabricação de fios e tecidos químicos ainda não era predominante, e a lã permanecia expressiva no sul do Brasil; porém o mercado já pressionava pela introdução de novas fibras, desqualificando as antigas; por sua vez, as máquinas para tecer as novas fibras ainda não eram corriqueiras. As confecções vão então adquirir tecidos de fibras químicas daqueles que estavam conquistando o mercado, os fabricantes e fornecedores do sudeste, com eventuais subsidiárias no Rio Grande do Sul. Mas nem sempre poderão pagar por eles.

No inventário da Concordata M. P., Caxias do Sul (acima), na qual os comissários relataram “excessiva aquisição de matéria prima”, consta a descrição de alguns tipos de fios: fios de malha 2/32, fios de malha 2/44, fios de malha 1/16, fios de algodão, fios de rayon, fios de lã.⁶⁷ Nos dois processos que a Indústria Textéis Barbero de São Paulo moveu contra fábricas do Rio Grande do Sul, a descrição da mercadoria é mais precisa: tecido sintético e tecidos mistos de poliéster e viscose (67%/33% ou 64%/36%)⁶⁸ e tecido sintético Teca (64% poliéster/36% viscose)⁶⁹. No segundo processo, como vimos, está alegado “altos custos das matérias primas” como um dos fatores da falência.

Os novos tecidos já estavam presentes na massa falida de um comerciante que solicitou concordata em 1970.⁷⁰ Nos documentos não há registro de dívida com empresa riograndense, a grande maioria de pequenos e grandes credores é dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (Quadro 3):

66SCHERER; CAMPOS, *ibidem*; DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre, 1969, Edição 82.

67 TJRS/DARQ, Concordata Malhas P., *op. cit.*, p. 186.

68 TJRS/DARQ, Indústrias Textéis Barbero (A), M. C. Indústria e Comércio do Vestuário (R), *op. cit.*, p. 15.

69 TJRS/DARQ, Indústrias Textéis Barbero S.A. (A), Fábrica de Roupas Best Export (R), *op. cit.*.

70 TJRS/DARQ, Comercial de Tecidos F. (Concordata), Porto Alegre, 29/09/1977, 56 p.

Quadro 3. Concordata da Comercial de Tecidos F., 1970, Porto Alegre	
Credores acima de 10 mil cruzeiros	Valor da dívida
Companhia Nacional de Estamparia Sorocaba/SP	Cr\$ 106.590,81
Tecidos S. M. Teixeira, Rio de Janeiro/RJ	Cr\$ 30.719,69
Lanificio Jafet, São Paulo/SP	Cr\$ 21.937,55
Companhia Fiação de Tecidos D ^a Isabel, Petrópolis/RJ	Cr\$ 17.136,07
Fiação e Tecelagem São José, Barbacena/MG	Cr\$ 13.676,97
Companhia Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, Belo Horizonte/ MG	Cr\$ 12.139,61
Tecidos Lorena, São Paulo/SP	Cr\$ 10.080,45
Fonte: TJRS/DARQ, Processo F9001994411671-72-74-75, 1970	

Na argumentação da defesa, o retardo no pagamento de seus compromissos se deve ao fato de clientes do comerciante serem principalmente pequenos agricultores do interior do Estado, os quais, quando a safra não era boa, não quitavam as dívidas com o lojista. Os tecidos listados no inventário incluem algodão, poliéster, seda, nylon, veludo, lã, tergal,⁷¹ e um comentário do Comissário da concordata indica o peso deles nas dívidas: “O mercado de tecidos de algodão e de fios sintéticos, na atualidade se encontra em ascensão”.⁷²

A afirmação do Comissário, correta quanto aos sintéticos, é questionável quanto ao algodão, pois há estudos que mostram que, a partir do pós-guerra, o sintético desbanca a fibra de algodão na indústria do vestuário, pois permitiu a simplificação do processo de produção de fios e tecidos.⁷³ Entre os anos de 1955-1970 a produção de fibras sintéticas teria crescido cerca de 211%, enquanto a de fios de algodão apenas 24%.⁷⁴ Nesse sentido, a presença de três lanifícios do estado de São Paulo como credores em processos dos anos 1970, 1977 e 1982 não significa que a mercadoria não paga fosse lã de origem animal, pois no processo de 1982, o produto não pago era “Valpacryl 100% acrílico” e

71 Idem, p. 3, 201.

72 Idem, p. 275.

73 CLEMENTINO, Maria do Livramento M. A evolução da indústria têxtil no contexto da afirmação do imperialismo americano, 2012, p. 8.

74 BONADIO, M. C., op. cit., p.83.

uma destas empresas migrou para a produção de tecidos sintéticos⁷⁵, mesmo caso da Paramount Lansul acima.

A segunda questão indaga o efeito do mercado dos fios químicos sobre a principal fibra natural do Rio Grande do Sul, a lã de origem animal. Uma reportagem dos anos 1960 coloca o Brasil em 13º lugar entre os países com rebanho ovino, com o Rio Grande do Sul sendo o principal produtor e promovendo a matéria-prima da lã nas fazendas.⁷⁶ Tendo por pressuposto que a acessibilidade a uma fibra favorece a confecção, o breve histórico que segue busca resgatar a situação da lã antes de sua depreciação.

A produção fabril de lã no Brasil iniciou em 1873 no município de Rio Grande e a fábrica Rheingantz, junto com outras, contribuiu para que a indústria têxtil fosse um dos grandes empreendimentos fabris do estado. A partir de 1884 a Rheingantz passou a fabricar tecidos de algodão, mas a principal produção era de lã.⁷⁷ Operando a lã bruta e processando seus próprios fios para a produção de cobertores, tecidos grosseiros, flanelas e xales, a Rheingantz batia a concorrência inglesa neste âmbito, mesmo sem proteção tarifária.⁷⁸

Em 1911 um grupo de empresários daria origem à empresa A.J. Renner & Cia, a qual conduziria processos de fiação e produção de tecidos em duas cidades diferentes, Porto Alegre e Caí, etapas unificadas na capital em 1916. Foi nesta segunda década do século que a Capa Ideal, feita de lã e impermeável, desenvolvida por A.J. Renner começou a fazer sucesso nacional.⁷⁹ Uma reportagem afirma que chegavam a ser produzidas 550 capas diárias, e um maior número de paletós e calças.⁸⁰

Na história da tecelagem da lã no Rio Grande do Sul, um lugar de destaque cabe a uma cooperativa de imigrantes italianos que funda uma fábrica em 1898 em Caxias do Sul, a qual, alguns anos depois, passa para o controle de Hercules Galló, filho de um proprietário de lanifício na Itália. A empresa sofre mudanças na composição, tornando-se Lanifício São Pedro S.A em 1928, sempre realizando investimentos em maquinário e infra-estrutura, o

75 O Lanifício Capricórnio é uma empresa fundada em 1946, inicialmente trabalhando com lã, depois com tecidos sintéticos e atualmente com denim (LANIFÍCIO CAPRICÓRNIO, 2024).

76 ENCICLOPÉDIA FATOS & FOTOS, n. 31, jun. 1966, p. 8-9.

77 SUZIGAN, W., op. cit., p. 150.

78 Id., p. 172.

79 ROCHE, Jean, op. cit., p. 535.

80 REVISTA VISÃO, 25/08/1961, p. 22-25.

que a torna uma das modernas indústrias de lã no país e “demonstra um conhecimento do mercado” por parte dos diretores.⁸¹

Em 1979, a Companhia Lanifício São Pedro S.A. foi vendida para o Grupo Sehbe.⁸² Kalil Sehbe era um imigrante libanês que desde 1927 possuía uma confecção em Caxias do Sul, tendo criado nos anos 1940 as Organizações Alfred direcionadas ao vestuário.⁸³ Sehbe apareceu como credor de um valor comparativamente baixo na Concordata M. P. de Caxias do Sul, 1966, analisada acima. Não aparece entre os documentos pesquisados, o Lanifício Thomaz Albornoz, de Livramento/RS, cidade que é grande produtora de lã de ovinos.

Vimos acima que algumas empresas que iniciaram como lanifícios modificam seu perfil adaptando-se ao mercado dos sintéticos. Outro fenômeno recorrente é a transferência da sede financeira para São Paulo, mantida uma unidade fabril no Rio Grande do Sul. Diversificando sua atuação, o Lanifício Kurashiki passará a ser a Kurashiki do Brasil Têxtil Ltda na década de 1970, instalando um cotonifício na cidade paranaense de Ponto Grossa e mantendo a produção de fios de lã em Sapucaia do Sul (RS). A partir de 2010 concentrou a administração financeira e comercial na cidade de São Paulo. Em sintonia com os novos tempos, a empresa ostenta sua posição atual no mercado de “maior programa mundial de sustentabilidade de algodão”.⁸⁴ Esta defesa do algodão, atraindo o rótulo do “sustentável”, é uma forma de neutralizar os anos de depreciação do produto, do que é exemplo a exaltação que um jornal de Caxias do Sul (1986) fez das roupas feitas de “fios totalmente sintéticos” que vieram substituir os trajés de “algodão barato”.⁸⁵

Contra a lã atuou outro fator, não derivado da competição com os sintéticos: o clima. A meteorologia de fato constatou, para a segunda metade do século XX, um aumento da temperatura média do ar no Rio grande do Sul, atribuída ao El Niño, ao aumento do efeito estufa na atmosfera e ao aquecimento do sistema climático global e regional.⁸⁶ Uma firma do ramo de “comércio

81 HERÉDIA, Vania B. M., FONTANA, Giovanni L. Emigração, Industrialização e Cultura do Trabalho: O caso de Galópolis *Ricerche Storiche*, n. 3, 2018, p. 103-7.

82 NEVES, Eduardo R. A vila operária de Galópolis... *Visioni LatinoAmericane*, n. 24, 2021. p. 154

83 RIGON, op. cit..

84 HAMPF, op. cit.

85 O PIONEIRO, Caxias do Sul/RS, 18/10/1986, p.55.

86 CORDEIRO et all., Tendências climáticas das temperaturas do ar no estado do Rio Grande do Sul, 2016.

de artigos para homens, senhoras e crianças a varejo", teve escassez de vendas "em face do clima quente" em 1972 e isto levou a não conseguir cumprir as obrigações legais⁸⁷ No ano seguinte, para justificar seus prejuízos, um pequeno comerciante anexa ao seu processo um recorte de jornal com a manchete "Verão se prolonga e comércio não vende artigos de inverno".⁸⁸ As roupas de frio não eram fabricadas apenas com lã, mas certamente esta fibra não era comerciada em estações quentes.

O segmento da lã, produtores de ovelhas e lanifícios, defendido pela FE-COLÃ, Federação das Cooperativas de Lã do Brasil Ltda, constituída em 1952, também encontrou, mais recentemente, a defesa de seu produto pela sustentabilidade:

Com a retração do consumo mundial de lãs, decorrente da grande expansão das fibras sintéticas, houve queda expressiva dos preços, causando redução do efetivo ovino dos principais países produtores de lã. [...] O caminho da lã é competir pela parcela de mercado, por ser uma fibra nobre, a lã deve tornar-se mais competitiva no preço em relação a outras fibras.⁸⁹

A lã é agora considerada o produto têxtil mais nobre e sustentável para a fabricação de tecidos. A parcela de mercado mencionada na citação é a de pessoas com um poder aquisitivo maior, pois sendo natural, a fibra da lã é mais cara. A matéria-prima revalorizada tem agora outros destinos.

Reflexões finais

Um agente econômico procura atuar com diligência em um empreendimento com o qual tenha afinidade e que lhe permita uma renda. Dispõe de condições de adquirir algumas máquinas, matérias-primas e contratar alguns trabalhadores. E se este setor for o têxtil, ele saberá lidar com um mercado agressivo, com as normas econômicas do país, com as oscilações do consumo? Com a evolução dos meios de comunicação, entre outros fatores, o setor do vestuário foi se tornando vulnerável à propaganda que incentivava um consumo crescente. Uma indústria química poderosa cria a base de novos tecidos e

87 TJRS/DARQ. Autofalência I. P. Porto Alegre, 01/08/1972, p.2.

88 TJRS/DARQ. Processo de Massa Falida Garema S/A Malhas. Porto Alegre, 26/06/1973.

89 FECOLÃ. Federação das Cooperativas de Lã do Brasil Ltda, Porto Alegre, [2024].

roupas pela descoberta de novas fibras; precisa então ter o retorno de seu investimento. Os méritos das novas fibras são realçados e suas limitações não aparecem. Numa complexa cadeia inovações e negócios, os pequenos e médios produtores são elos sujeitos a inúmeras forças. Mesmo empresas de maior porte no Rio Grande do Sul, com prática de buscar no exterior tecnologia mais avançada, foram afetadas pelas mudanças. O que hoje é o SEBRAE estava surgindo na década de 1970 em nível nacional com presença no Rio Grande do Sul⁹⁰, mas não comparece nas fontes examinadas.

Processos de falência dão um quadro parcial de um setor produtivo regional, de qualquer modo, não é aleatório o fato de haver um predomínio de credores do sudeste do país entre empresas têxteis que faliram ou entraram em concordata entre os anos 1960 e 1980. O que causou surpresa foi constatar que não apenas grandes empresas, mas até pequenas adquiriam produtos (matérias primas como tecidos e fios ou produtos têxteis acabados) de empresas do sudeste, algumas destas de grande porte, com seus agentes jurídicos no sul do país. E mesmo quando as pequenas vendiam produtos no sentido inverso, a balança podia ser desigual. É exemplar o caso da confecção Clair, produtora de artefatos de couro e levada à falência por um fornecedor têxtil de uma cidade vizinha. Pelo processo de falência que sabemos que esta pequena empresa tinha quantias a receber de comerciantes do sudeste, pois estas foram cobradas pelo juiz.

Nesta pesquisa observamos a concentração de capital num ramo de produtos leves - fios e tecidos -, e vemos o colorido das novas tramas como uma armadilha para o que existia até então. As máquinas não são mais as portáteis *jennys*, são grandes e, mesmo assim, devem ser trocadas por outras, para produzir o que o consumidor demanda, roupas de tecidos e fios com propriedades que os fios naturais não teriam. O estudo também visualizou a absorção de empresas têxteis por outras maiores, em geral com sede no sudeste do país, ou a transferência da sede principal para estes estados.

A “concorrência muito forte” é um fator que pode escapar ao controle das empresas, assim como não se pode prever o devir histórico da tecnologia, do clima e os efeitos do uso intensivo da propaganda concorrente. Surpreendidos por um ou mais destes fatores, pequenos fabricantes ou comerciantes nem sempre conseguiam acionar a justiça antes de ser por ela alcançados, e então alguns conseguiam fazer sumir seus pequenos negócios. Nas várias dezenas de processos lidos, apareceram poucos registros de crime falimentar ou

90 SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 09/10/12.

fatalidades (assalto, doença ou morte). O que se observa são os pequenos produtores, e alguns maiores, sendo atingidos pelas duas grandes forças modernas: o mercado, com suas promissórias, e o Estado, com seus oficiais de justiça.

O algodão e a lã passam por ciclos. Inicialmente servem de contraponto negativo para a afirmação dos fios químicos, originados em laboratórios internacionais. Patente industrial e propaganda deixam em segundo plano as fibras naturais. Mais recentemente estas se revalorizam, amparando-se no “natural” e no “ecológico”. Neste intervalo de tempo, a lã, fibra local, foi perdendo seu espaço industrial e comercial, o que significou menos tecelagens deste fio.

Seria oportuna uma pesquisa que acompanhasse a trajetória posterior de pequenos e médios fabricantes atingidos por alterações de mercado nestas décadas e com encerramento de atividades, pois a hipótese é que tiveram dificuldades para retomar a autonomia de produtores.

Referências bibliográficas

ASHTON, T.S. *A Revolução Industrial 1760-1830*. 2 ed. Lisboa: Publicações Europa-américa, 1971.

BARROS, José D'Assunção. História local e história regional – a historiografia do pequeno espaço. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 18, n. 2, 2022. p. 22-53. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.57694>. Acesso em: 17 set. 2024.

BLOCK, Fred. Introdução. POLANY, Karl. *A Grande Transformação*. As origens de nossa época. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. XXVIII-XLVIII.

BONADIO, Maria Claudia. *O fio sintético é um show!* Moda, política e publicidade; Rhodia S.A. 1960-1970. Tese de doutorado (Doutorado em História). IFCH. Universidade Estadual de Campinas. 2005.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. A evolução da indústria têxtil no contexto da afirmação do imperialismo americano. *XII Coloquio Internacional de Geocrítica*. Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, 2012.

CORDEIRO; A. P. A., BERLATO; M. A., FONTANA; D. C., ALVES, R. C. M. Tendências climáticas das temperaturas do ar no estado do Rio Grande

do Sul, Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia Física*, v. 9, n. 3, p. 868-880. 2016. Disponível em Revista Brasileira de Geografia Física (ufpe.br). Acesso em 23 set 2024

EMERY, Márcio de Moraes. *O impacto da abertura ao comércio exterior da década de 1990 no setor têxtil brasileiro*. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. PUC/SP. São Paulo, 2007.

HERÉDIA, Vania B. M., FONTANA, Giovanni Luigi. Emigração, Industrialização e Cultura do Trabalho: O caso de Galópolis primeira indústria têxtil na zona de colonização italiana no Rio Grande do Sul. *Ricerche Storiche*, anno XLVIII, n. 3, sett.-dic. 2018. p. 99-109.

KELLER, Paulo Fernandes. *Globalização e mudanças na cadeia têxtil brasileira*. São Luís: Edufma, 2010.

MARX, K. *O Capital*. Livro 1. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

NEVES, Eduardo Rotta A vila operária de Galópolis: história e transformação de uma paisagem cultural industrial. *Visioni LatinoAmericane*. Anno XIII, Suppl. al n. 24, Gennaio 2021. p. 138-161.

REQUIÃO, Rubens. A crise do direito falimentar brasileiro. Reforma da lei de falências. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. ano XIII, n. 14, 1974. p. 23-33. Disponível em: <https://rdm.org.br/>. Acesso em: 18 set. 2024.

SCHERER, André; CAMPOS, Sílvia H. A competitividade da cadeia produtiva têxtil-vestuário do Rio Grande do Sul. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, 1996. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1210/1560>. Acesso em: 05 fev. 2018.

SILVA, Luiz Antônio da. *Diagnóstico da mortalidade das micro e pequenas empresas de Rio Verde-GO no período de 1998 a 2000*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. 2001.

SILVA, Ricardo Muniz Muccillo da. *Desenvolvimento industrial no Rio Grande do Sul 1920 – 1980*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

SUZIGAN, Wilson. *A Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. Hucitec; Ed. Unicamp: São Paulo, 2000.

VOGT, Cláudio César. *As origens da indústria gaúcha e o setor têxtil no período do processo de substituição de importações*. Dissertação de Mestrado Profissional em Economia. FCE/UFRGS. 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno*. Porto: Afrontamento [1974].

WOOD, Ellen M. *A Origem do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Fontes

A VOZ DA SERRA. Há 50 anos. Grandes indústrias investem em Friburgo. 25 de julho de 2020. Disponível em: <https://avozdaserra.com.br/colunas/ha-50-anos/grandes-industrias-investem-em-friburgo>. Acesso em 10 abr. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto Nº 10.033, de 1º de outubro de 2019*. Promulga o Protocolo referente ao Acordo de Madri sobre o Registro Internacional de Marcas. 2019.

CAPRICÓRNIO. São Paulo. Disponível em: <https://capricornio.com.br/quem-somos/> Acesso em 10 jun. 2024.

COMELZ. Vigevano. Italia. Disponível em: <https://www.comelz.com/the-company/> Acesso em 10 jun. 2024.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre. Edição 202, 29 out. 1967.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre. Edição 281, 04 fev. 1965.

EBERLE. A história que molda o futuro. Disponível em: <https://www.eberle.com.br/>. Acesso em 05 abr. 2024.

ENCICLOPÉDIA FATOS & FOTOS. Os gaúchos têm o maior rebanho de gado ovino do Brasil. n. 31, jun. 1966.

FECOLÃ. Federação das Cooperativas de Lã do Brasil Ltda. Porto Alegre. Disponível em: <https://fecola.coop.br/site/>. Acesso em: 14 jun. 2024.

GAZETA DO TATUAPÉ. São Paulo. 06 maio 2014. Disponível em: <https://www.gazetavirtual.com.br/tecelagem-tatuape-do-grupo-sa-moinho-santista/> Acesso em: 16 jun. 2024.

HAMPF, Edgar. Kurashiki transfere matriz para Ponta Grossa. *Prefeitura de Ponta Grossa* [website]. 12/01/2010. Disponível em <https://pontagrossa.pr.gov.br/node/7846> Acesso em 05 abr. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. VII Recenseamento Geral do Brasil *Censo Industrial de 1960*. Rio de Janeiro, 1967.

INBRAPE. Tecidos Industriais Ltda. 2023. Guaíba/RS. Disponível em: <https://inbrape.ind.br/>. Acesso em 14 jun. 2024.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Desafios do Desenvolvimento. História – Petróleo. Ano 7*. Ed. 59. 29/03/2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2321:catid=28. Acesso em 20 set. 2024

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. Ano 1960. Edição 0187.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. Ano 1965. Edição 066. 21 mar. 1965.

KURASHIKI DO BRASIL TÊXTIL LTDA. Sobre Nós – Origem. Disponível em: <https://www.kurashiki.com.br/>. Acesso em: Acesso em 05 abr. 2024

LE POSTICHE. Santana Parnaíba/SP. Disponível em: <https://www.lepostiche.com.br/> Acesso em 14 jun. 2024.

MARELLI MOTORI. Itália. Disponível em: <https://www.marellimotori.com/motors/> Acesso em 14 maio 2024

O PIONEIRO. Caxias do Sul/RS. Ano 1986, Edição 247, 18 out. 1986.

PEREIRA, Gislaine de Souza. *Introdução À Tecnologia Têxtil*. Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina. Araranguá. s/d

PFAFF DO BRASIL S.A. Comercio e Indústria. Disponível em: ECONODATA. <https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/92723014000585>. Acesso em 14 jun. 2024.

PFAFF. Sobre nós. Disponível em: <https://www.pfaff.com.br/institucional/quem-somos/>. Acesso em 14 jun. 2024.

PIMENTA, Eliomar. Fibras Têxteis Polipropileno suas características e vantagens frente a seus concorrentes. In: *TS&D. BRASKEN*. 2024. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/technical-service/>. Acesso em 08 jun. 2024.

REVISTA VISÃO (Museu da Comunicação Hipólito José da Costa). 25 ag. 1961.

RIGON, Roni. Ícone da elegância em vestir, Kalil Sehbe transformou a indústria têxtil em Caxias. *Pioneiro*. Memória. 21/04/2017. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/cultura-e-lazer/memoria/noticia/2017/04/icone-da-elegancia-em-vestir-kalil-sehbe-transformou-a-industria-textil-em-caxias-9776547.html> Acesso em 07 maio 2024.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Sebrae completa 40 anos nesta terça-feira. Atualizado em: 09/10/12. Disponível em: <https://sebraers.com.br/sebrae-completa-40-anos-nesta-terca-feira/>. Acesso em 17.09.2024

SENADO FEDERAL. Manual de Comunicação da Secom. Unidades monetárias brasileiras. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/guia-de-economia/unidades-monetarias-brasileiras>. Acesso em 17/09/2024

TJRS/DARQ. Autofalência F. P. & Filhos. Processo F9001998656551-52-53, Porto Alegre, 20/10/1969. 232 p.

TJRS/DARQ. Autofalência Fábrica de máquinas de costura Renner. Processos F9001998754692, F9001998754670, F9001998754683 e F9001998754698. 13/08/1975.

TJRS/DARQ. Autofalência Gustavo Neri Paz Hamilton Ilha. Processo F9001998892515, 08/09/1977. Porto Alegre, 135 p.

TJRS/DARQ. Autofalência Ida Poziomczyk. F9001999713222 - F9001999713219 - F9001999713223. Porto Alegre, 01/08/1972. 239 p.

TJRS/DARQ. Autofalência Jim's Comércio do Vestuário (Réu). Processo F9001990999805. Porto Alegre, 02/05/1977. 436 p.

TJRS/DARQ. Concordata Comercial de Tecidos F. Processos F9001994411671-72-74-75, F9001994409291. Porto Alegre, 29/09/1970. 756 p.

TJRS/DARQ. Concordata M. P., Caxias do Sul. F9001992226393-94, 1966, 592 p.

TJRS/DARQ. Coquete Indústria do Vestuário LTDA (A), Porto Alegre, Magazine São Vicente (R) de Rio Grande. Processo 11.559/645, v. 1. Rio Grande. 23/02/1983

TJRS/DARQ. Indústria Têxtil Milagre (A) Saint Clair Exportadora de Artefatos de Couro (R). Processo 033/1.05.0085460-5. São Leopoldo, 23/12/1981. (Continuação com processos 33178016896, São Leopoldo, 22/04/1998.)

TJRS/DARQ. Indústrias Texteis Barbero (A), M. C. Indústria e Comércio do Vestuário Ltda (R). Processo F9001999381149, 01178359111. 27/09/1978.

TJRS/DARQ. Indústrias Têxteis Barbero S.A. (A), Fábrica de Roupas Best Export LTDA (R). Processo 01180098467. Porto Alegre, 06/05/1980.

TJRS/DARQ. M. F (A), D. Indústria e Comércio do Vestuário (R). Processo F9001998834742. Porto Alegre, 09 nov, 1976.

TJRS/DARQ. Processo de Massa Falida Garema S/A Malhas. A18766762, A18766765 e F9001990042342. Porto Alegre, 26/06/1973.

Recebido em 20 de junho de 2024
Aprovado em 03 de outubro de 2024